

**Ata da 12ª Reunião**

Data: 03 de junho de 2002

Local: FINEP – Sala do Conselho – 13º andar  
Rio de Janeiro/RJ

**I. Presentes:**

1. Membros do Comitê Gestor:

Carlos Américo Pacheco – Secretário Executivo do MCT – Coordenador do Comitê Gestor  
Fernando de Nielander Ribeiro – Representante da Financiadora de Estudos e Projetos –  
FINEP/MCT

Esper Cavalheiro – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e  
Tecnológico – CNPq/MCT

Abílio Afonso Baeta Neves – Representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento  
de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC

Francisco César de Sá Barreto – Representante da SESU/MEC

Flávio Fava de Moraes – Representante da Comunidade Científica

Antônio Carlos Campos de Carvalho – Representante da Comunidade Científica

2. Ausência justificada:

Maria Helena Guimarães de Castro – Representante do MEC

3. Convidados e apoio:

Guilherme Brandão – CNPq/MCT

Marisa Cassim – CGEE

Augusto Pires – CGEE

Celso Alves da Cruz – FINEP/MCT

Maria Teresa Simpson – FINEP/MCT

Maria Lúcia Horta de Almeida – FINEP/MCT

Ricardo Rosa – FINEP/MCT

## II. Reunião:

1. A reunião foi aberta pelo Coordenador do CT-INFRA, Dr. Carlos Américo Pacheco, que deu as boas vindas aos novos membros do Comitê Gestor, Prof. Flávio Fava de Moraes e Prof. Antônio Carlos Campos de Carvalho, representantes da Comunidade Científica, e Dr. Francisco César de Sá Barreto, representante da SESU/MEC. Aproveitou para historiar sobre a criação do Fundo de Infra-estrutura, ressaltando que inicialmente ele foi concebido como um grande *overhead* para os outros Fundos Setoriais e preenchendo uma lacuna do sistema de fomento em C&T, face ao constrangimento muito forte, nos últimos quinze anos, à capacidade de investimento em infra-estrutura de pesquisa. Destacou também que o Comitê Gestor do CT-INFRA vem se constituindo em um importante espaço de interlocução sobre a política de infra-estrutura para C&T. Informou que está em discussão a possibilidade de alteração da Instrução Normativa do Tesouro Nacional, de modo a permitir a aplicação de recursos do Fundos em *overhead* institucional, o que dará mais flexibilidade ao CT-INFRA para atuar em outras modalidades de ação, além da Institucional, que tem sido privilegiada até o momento. Neste sentido, informou também que tem-se discutido a oportunidade de lançamento de ações na modalidade sistêmica, voltadas para o apoio à infra-estrutura de uso compartilhado, tais como Automação de Bibliotecas, Biotérios, Redes de Informática, além de proposta de ação para a Amazônia. A implementação de novas ações depende, no entanto, de uma definição mais clara sobre as perspectivas financeiras e orçamentárias para o Fundo em 2002, face ao contingenciamento de recursos. Admitiu que seria mais adequado, neste momento, trabalhar com a hipótese de manutenção do Limite de Empenho para o CT-INFRA em torno de R\$ 100 milhões em 2002.
2. Em seguida o Dr. Carlos Pacheco abriu a palavra para os demais membros do Comitê Gestor, tendo o Dr. Flávio Fava indagado sobre de que maneira as restrições orçamentárias atingiriam os projetos recomendados no Edital 03. Foi esclarecido que, conforme discussão anterior no Comitê Gestor, ficou estabelecido um limite de 25% sobre o valor aprovado para os desembolsos em 2002 dos projetos do Edital 03. O Dr. César de Sá Barreto ressaltou que as universidades privadas, com raras exceções, não têm atividade de pesquisa, e que esta não será financiada pelas anuidades pagas pelos alunos. Será portanto necessário inserir esta questão na agenda do Governo, sugerindo que se reflita futuramente sobre o assunto. O Dr. Carlos Pacheco lembrou a demanda do MEC e do próprio Ministro Paulo Renato no sentido de direcionar os recursos do CT-INFRA para as instituições públicas, tendo inclusive o Edital 01 privilegiado as instituições públicas federais. Considerou que haverá necessidade de um período maior de atuação do CT-INFRA para permitir a sua avaliação e eventuais propostas de revisão.
3. O Dr. Antônio Carlos Campos de Carvalho manifestou o seu entendimento de que o CT-INFRA não deveria estar voltado apenas para complementar a infra-estrutura de pesquisa gerada pelos outros Fundos, porque estes atendem apenas a uma pequena parcela da comunidade científica. Considerou que a destinação de 30% dos recursos do Fundo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste já configura um passo importante no sentido da desconcentração da capacidade de pesquisa do País. Acha também prematuro atender as

instituições privadas, que teriam primeiro que demonstrar a criação de competência para a pesquisa e que a missão do CT-INFRA deve ser a recuperação da capacidade de investimento em pesquisa, com ênfase nas instituições públicas. O Dr. Carlos Pacheco observou que na medida em que sejam regulamentados e entrem em operação efetiva todos os Fundos Setoriais, haverá o atendimento a uma parcela maior da comunidade científica. Além disto, com a possibilidade de praticar o *overhead* institucional nos outros Fundos, o CT-INFRA será liberado para outras ações, entre elas cobrir lacunas evidentes de infra-estrutura para pesquisa em áreas de reconhecida relevância.

4. A Dra. Marisa Cassim, por solicitação do Dr. Carlos Pacheco fez uma introdução sobre o trabalho do CGEE na área de infra-estrutura, destacando três grandes linhas: a) desenvolvimento de metodologias de acompanhamento, avaliação e prospecção de ações; b) visão integrada do CT-INFRA com os outros Fundos; c) estudos sobre equipamentos e proposta de trabalho sobre infra-estrutura de pesquisa na Amazônia. Em seguida o Dr. Augusto Pires, designado Secretário Técnico de Infra-estrutura no CGEE, declarou que se encontra em formatação um Plano de Atividades para a sua Secretaria Técnica, que será apresentado na próxima reunião do Comitê Gestor e deverá abranger:

- o levantamento da infra-estrutura de pesquisa existente nas instituições de ensino superior e de pesquisa, incluindo a análise dos investimentos em equipamentos de pesquisa feitos pelas agências de fomento nos últimos anos; os aportes de recursos dos Fundos Setoriais para infra-estrutura; a análise da visão do pesquisador quanto a perspectivas de investimento e uso de equipamentos; a importação de equipamentos de pesquisa efetuada nos últimos anos.
- a realização de estudos específicos para embasar a atuação do CT-INFRA, como as ações em infra-estrutura de pesquisa na Amazônia e na área de Ciências do Mar.
- uma abordagem sobre a gestão de infra-estrutura, incluindo a organização de workshops com algumas áreas que já estão mais avançadas nesta questão para subsidiar outros segmentos.
- a análise detalhada dos Editais lançados pelo CT-INFRA, buscando caracterizar o universo das instituições que se dirigem a este Fundo, suas demandas, a organização do processo de planejamento e a questão regional.
- a realização de estudos prospectivos.

5. Foi apreciado o Relatório Final da Avaliação de Mérito pelo Comitê Assessor das propostas apresentadas ao Edital 03/2001, elaborado pela equipe da FINEP e encaminhado com antecedência aos membros do Comitê Gestor, contendo a descrição dos procedimentos adotados e planilhas com o resultado da avaliação. O Dr. Fernando Ribeiro e o Dr. Celso Cruz fizeram uma descrição desse processo, destacando que foram seguidos os procedimentos definidos na reunião anterior do Comitê Gestor e que se verificou nos três grupos de consultores a preocupação de atender o maior número possível de propostas consideradas meritórias, o que acarretou um elevado percentual médio de corte sobre o valor solicitado pelas instituições. Foi também reconhecido que houve uma melhora no nível das

propostas apresentadas em relação ao Edital 01, o que certamente decorreu, em parte, do Programa de Treinamento oferecido às instituições candidatas. Observou-se ainda que as instituições de maior porte tiveram, em geral, um percentual maior de corte nos valores solicitados, de forma a se poder atender também às demandas qualificadas das instituições menores. Além disto, verificou-se que houve a preocupação de destinar cerca de 30% dos recursos do Edital para as instituições do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cabendo observar que as pontuações obtidas por estas instituições ficaram mais concentradas entre as médias 2,5 e 3. Pode-se também constatar, mais uma vez, as dificuldades encontradas pelo Comitê Assessor em aplicar os critérios de avaliação em instituições com tão elevado grau de diversidade, o que decorre da abrangência deste tipo de Edital.

6. O Dr. Antônio Carlos Campos de Carvalho observou que, no seu entendimento, as instituições de maior porte estavam sendo duplamente prejudicadas: pelo teto estabelecido no Edital e pelos percentuais de corte relativamente maiores. Manifestou também preocupação com o fato de que, pelas regras estabelecidas no Edital, os Hospitais Universitários não puderam apresentar solicitações em separado, exceto nos casos dos Hospitais de Clínicas da USP e de Porto Alegre, em face de possuírem personalidade jurídica diferenciada. Esta situação poderia estimular a fragmentação das grandes Universidades. Observou ainda a baixa correlação existente entre a nota média dos projetos e o percentual de corte.

7. O Dr. Carlos Pacheco constatou alguma diferenciação entre as notas médias dos três grupos de consultores, que chegava a um valor máximo de 14 %, e calculou uma correlação de 0,69 entre a nota média e o percentual de corte. Apresentou também algumas planilhas em que procurou normalizar as notas dos três grupos e ajustar os valores recomendados proporcionalmente às notas médias normalizadas. Considerou, no entanto, que as diferenças entre as notas médias nos três grupos poderiam também eventualmente ser explicadas pela não homogeneidade da qualidade das propostas. Assim sendo, propôs que fosse examinada pelo Comitê Gestor uma amostra de projetos dos três grupos, tendo sido selecionados 22 projetos, que tiveram notas médias 3,57 e 2,57.

Após a leitura dos projetos pelos membros do Comitê Gestor, concluiu-se que não era possível identificar nenhuma tendência sistemática na pontuação das propostas em cada grupo, sendo identificadas algumas discrepâncias na apreciação dos projetos, mesmo intra grupos. Considerou-se, entretanto, que dadas as dificuldades de avaliar propostas tão díspares e o fato de que o Comitê Assessor dedicou toda uma semana na apreciação detalhada e comparação dos projetos, melhor seria acatar as recomendações dos consultores e procurar aperfeiçoar os próximos Editais e o processo de julgamento.

Neste sentido, várias sugestões foram apresentadas como, por exemplo, a utilização de pareceres de consultores *ad hoc* para subsidiar o trabalho do Comitê Assessor, a pontuação em separado das instituições mono disciplinares e a utilização mais permanente de consultores com maior experiência em projetos institucionais para orientar o processo de avaliação de mérito. Este assunto deverá ser discutido em maior detalhe na próxima reunião do Comitê Gestor.

8. O Dr. Abílio Baeta Neves recomendou que fosse sinalizado para as instituições, com base nos pareceres dos consultores, onde usar o recurso concedido. O Dr. Carlos Pacheco complementou sugerindo que quando não houver clareza nos pareceres sobre os cortes, seja

solicitado ao relator e/ou debatedor da proposta uma definição sobre onde os recursos deverão ser efetivamente aplicados.

9. O Dr. Carlos Pacheco concluiu os trabalhos estimando que uma nova reunião do Comitê Gestor deverá ocorrer no prazo de 45 a 60 dias, quando já se deverá ter um quadro orçamentário e financeiro mais definido e a apresentação de Relatório do CGEE sobre propostas de novas ações.